

GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Breno Augusto Souto Maior Fontes *

As questões aqui colocadas dizem respeito a conclusões provisórias, estabelecidas a partir de resultados de pesquisas empreendidas recentemente (Fontes, B., 1991). O objetivo é discutir alguns problemas e estratégias políticas vivenciados pelo movimento popular, em sua relação com as administrações públicas locais.

Recentemente, as atenções dos estudiosos em gestão urbana têm-se dirigido para os processos de planejamento de cunho participativo, visto como uma importante alternativa aos modelos tradicionais de gestão. Argumenta-se, freqüentemente, que as práticas participativas constituem-se em um poderoso instrumento contrabalanceador das tendências corporativas e de práticas de clientela, existentes nos modelos tradicionais de representação política. Face à crise da democracia representativa, inúmeros estudiosos têm apontado para a prática de gestão participativa como instrumento poderoso de aperfeiçoamento democrático, complementando, de certa forma, o sistema de representação política. A transparência administrativa, ao lado da possibilidade de intervenção concreta das camadas populares, nos processos decisórios, seriam os principais aspectos desta prática participativa.

* Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Por outro lado, os movimentos reivindicativos urbanos não são importantes apenas por se constituírem em instrumentos poderosos de reivindicação através da mobilização popular. As organizações populares constroem toda uma rede de solidariedade social, que se configura principalmente em fórmulas cooperativas, para o estabelecimento de serviços e instalação de equipamentos urbanos, não ofertados pelo setor público. Estas ações, disseminadas desde a construção do espaço, até a prestação de serviços (creches comunitárias, cursos profissionalizantes), e organização de práticas recreativas (equipes de futebol, clubes de dominós, 'quadrilhas' juninas, etc.) são importantes instrumentos de formação de laços de identidade e estabelecimento de vínculos indispensáveis à prática associativa.

Este ensaio pretende discutir as possíveis alternativas de gestão urbana, considerando, entretanto, que as práticas recentes de participação popular na gestão urbana não se constituem em panacéia, mas, ao contrário, podem gerar outros efeitos, também igualmente perversos, na distribuição de justiça social (como, por exemplo, o corporativismo territorial).

Os movimentos reivindicativos urbanos são tradicionalmente associados a novas formas de luta e de conquista de direitos, novos canais de comunicação abertos entre o Estado e as camadas populares. Rocher, por exemplo, define os movimentos sociais como "uma organização claramente estruturada ... tendo por objetivo explícito o de agrupar seus associados para a defesa ou promoção de certos objetivos precisos, geralmente com conotação social" (Rocher, G., 1968).

Os movimentos reivindicativos urbanos, normalmente, estão organizados em sistemas de organização política, com base territorial definida e cuja ação estaria dirigida, principalmente, para a reivindicação, junto ao Estado, de melhorias urbanas. A estrutura de formação da identidade destes movimentos tem por referência fundamental o território. A dimensão territorial da vida política é importante, na medida em que "a ocupação

de determinado território constitui a forma mais óbvia de se produzir a co-presença de interesses" (Reis, F., 1984). Este processo de formação de identidade ou - o que é a mesma coisa - a estruturação de uma consciência de pertinência a um destino comum¹ (Toennies, F. & Parsons, T., p. 839), fornece suporte para o processo político para a organização comunitária. A vida urbana, altamente segmentada e destruidora de antigas solidariedades sociais, encontra no *habitat* o espaço de construção de novas identidades, principalmente entre as classes populares, onde o próprio desenho deste *habitat*, de uma certa forma, valoriza os espaços públicos. Com efeito, os lugares de lazer, de trabalho, e às vezes a própria construção deste espaço de moradia são compartilhados, fornecendo ingredientes fundamentais à formação de um espírito comunitário. Espaços de habitação de classe média e de camadas populares são diferenciados, pelas particularidades existentes no desenho urbano de cada um, com seus reflexos nos padrões de socialização.

Mas, para que se efetive a identidade deste sujeito social, há também que se construir a consciência do outro, isto é, do que é diferente, do que de certa forma molda o sujeito, o particulariza e o posiciona dentro de um largo espectro constitutivo da geografia urbana. A consciência do outro, e conseqüentemente, o conhecimento de si, é um processo demasiadamente complexo que com certeza vai além da percepção do território e o inclui no espaço urbano, quer dizer, espaço que é construído contraditoriamente e que gera os espaços de exclusão social, os aglomerados populares.

Com certeza, a maioria dos movimentos urbanos ainda não está estruturada com uma base de identidade que considere as contradições urbanas. A maioria deles, ainda se entrincheira no território, agindo na defesa do seu *habitat*, em lutas de

¹A expressão 'comunidade de destino' foi forjada por Toennies (significando 'o espaço de sociabilidade onde as partes atuam e são tratadas como unidades de solidariedade que compartilham benefícios e desaventuras).

caráter eminentemente corporativo. Não se questiona a forma perversa e excludente da construção do espaço urbano, mas são concentrados os esforços em cima de reivindicações pontuais e restritas ao bairro. Isoladamente, alguns líderes populares podem pensar o espaço urbano, mas com certeza muitos deles verificam que suas preocupações não encontram eco junto às suas comunidades de origem.

Estes processos, estritamente reivindicativos, têm também um significado mais amplo, na medida em que os movimentos urbanos trazem no seu bojo a questão da cidadania e dos direitos sociais. O estatuto da cidadania reflete um processo político contínuo, onde as identidades sociais são construídas e os espaços públicos ocupados. Neste sentido, poderia-se falar em processos de construção da democracia, onde a afirmação do estatuto da igualdade formal e a presença dos vários atores no cenário público, seriam os ingredientes principais. Os movimentos urbanos, tendo por base a organização para a luta por melhoria nas condições de vida, constituem um importante ator na construção da democracia, na medida em que constroem novas identidades, quebrando o processo, pelo qual a consciência fragmentada é imposta às camadas populares.

A democracia no Brasil reflete as condições sócio-políticas de sua estrutura social, e seu estatuto ainda é marcado por sérias deficiências: as perspectivas diante da crise nos colocam incertezas. A face mais visível desta democracia, ainda em construção (e, desta forma, "incompleta"), se revela na extrema desigualdade na distribuição da renda nacional. A maioria dos brasileiros não tem acesso aos benefícios da civilização moderna; o mercado interno brasileiro de bens de consumo comporta, apenas, uma minoria da população tendo renda que permite a compra destes bens. Para os outros, condenados a viver abaixo do nível da pobreza, e que não têm acesso nem aos bens indispensáveis à sobrevivência, é difícil

pensar em exercício de cidadania. Para participar na vida pública nacional, emitir opinião e lutar para que ela seja respeitada, é preciso um mínimo de condições (estar bem nutrido, ter tempo para se informar, ter acesso aos bens culturais, principalmente à escrita, etc.), e certamente a maioria da população brasileira não o tem.

Não se pode, entretanto, dizer que existe um vazio na política brasileira, ou que as camadas populares não contam na equação do poder. Malgradadas as adversidades, as camadas populares se constituem em um ator social a ser considerado (Garreton, M., 1985), e a estrutura do poder concebe fórmulas de dominação para contrabalançar as possíveis ameaças das "classes perigosas", contra a ordem estabelecida.

A principal contribuição dos movimentos populares, é exatamente a de consolidar (e, poderia dizer, de criar) este espaço de democracia; este processo se dá a partir da construção da consciência cidadã, da incorporação dos valores universais da democracia ao cotidiano da população.

Os movimentos sociais representam importantes grupos sociais, que normalmente não teriam outros espaços políticos para ocupar. Estes movimentos representam interesses que não constam da pauta das principais instituições políticas, existentes na sociedade (partidos políticos ou sindicatos, por exemplo). Estes movimentos significam a possibilidade de diálogo dos grupos sociais por eles representados, com as instituições políticas, significativamente importantes para a realidade urbana brasileira, como os aparelhos político-administrativos das municipalidades.

Se considerarmos que as camadas não dominantes têm uma certa influência na estrutura de decisão, devemos levar em conta a participação política como uma variável importante, na explicação do fenômeno das decisões das políticas públicas. A participação política consiste em "um ato de participar direta ou indiretamente nos processos de formulação, de adoção e execução de uma política" (Biarrez, 1977).

A participação política consiste, ainda, no exercício da cidadania. Os indivíduos têm o direito de manifestar sua opinião e de defender seus interesses, que serão transmitidos à autoridade pública, pelos canais que lhe são acessíveis. Deste modo, "o grau de participação é, em parte, determinado pela possibilidade que têm os cidadãos e os grupos de se fazerem ouvir pela estrutura institucional local" (Mabileau, A., 1985). Mesmo se os canais utilizados não são institucionalizados, a participação política implica na sensibilização da autoridade pública em relação a uma necessidade não satisfeita ou a um prejuízo que o indivíduo ou grupo sofreu em decorrência da ação do Estado.

Sem colocar em pauta de análise a formação dos processos participativos, e constatando a importância destes espaços de participação na gestão urbana das principais cidades brasileiras, é importante que se reflita sobre a oportunidade de participação popular e sobre as formas possíveis que se colocam.

O sistema tradicional de representação política tem por principal argumento legitimador, o fato de que o governo eleito norteia as suas ações administrativas, a partir dos pontos programáticos estabelecidos na campanha eleitoral, dos quais todos os segmentos representativos da sociedade (inclusive o movimento popular), se posicionam no apoio ou desagrado, através do voto. Desta forma, o governo, respaldado no voto popular, é legítimo e representa, portanto, os interesses da maioria da população. Coloca-se, portanto, a indagação, se seria importante o movimento popular participar dos processos decisórios ou simplesmente exercer o controle sobre os processos administrativos, estes devendo refletir os compromissos assumidos durante a eleição.

Este questionamento só se torna possível, a partir do momento em que se coloquem as condições objetivas de participação (direta ou via representação) em uma realidade sócio-política qualquer. Porque se nos ativermos a modelos

típico-ideais, com certeza um projeto de democracia direta seria o mais adequado a uma perfeita identificação dos interesses da sociedade civil e do Estado. Teríamos, neste caso, uma situação ideal, onde a formação de uma direção política se daria em bases comunicativas amplas - de todos os segmentos da sociedade civil.

Sabe-se, entretanto, que uma agenda política se forma a partir da construção de um espaço político, que é por natureza um espaço de diferenças, que pode eventualmente se articular em cima de interesses comuns. Este espaço político, entretanto, é ocupado desigualmente pelos diversos segmentos da sociedade civil. Os grupos que disputam parcelas de poder não possuem os mesmos recursos e as políticas - ou se quisermos, o processo decisório - são definidas, conseqüentemente, a partir desta realidade, o que resulta no que os cientistas políticos liberais designam de distribuição desigual de poder.

Podemos também deduzir, que as parcelas mais desfavorecidas da população - aquelas que dispõem de menos recursos - são as que, de certa forma, se colocam como as mais excluídas dos processos decisórios, do processo de formação das políticas. Seus interesses, portanto, não estão adequadamente representados. O papel dos movimentos populares revela-se de extrema importância para contrabalançar esta tendência. Com efeito, a pressão dos movimentos populares pode imprimir aos programas dos partidos políticos ou ao aparelho de Estado, uma direção que considere os interesses das camadas populares.

Torna-se importante, entretanto, precisar o tipo de participação mais adequado para as camadas populares. O que se deve ter em mente, quando se pensa em projetos de participação popular, é a possibilidade de estabelecer estratégias de formulação de agendas políticas e de seu controle. É importante a articulação do movimento popular com outros segmentos organizados da sociedade civil, na construção de uma agenda política a ser capitaneada por um candidato ao poder

executivo municipal. A luta localizar-se-ia, em um primeiro momento, a nível político-partidário.

Em um segundo momento, quando da gestão daquele político, eleito com base em um projeto apoiado pelo movimento, os canais de participação deveriam estar centrados no controle dos processos administrativos da municipalidade, o que resultaria em uma maior transparência da gestão (isto é, os assuntos da administração municipal sendo tratados publicamente e os compromissos assumidos, quando da formação do projeto político para a disputa eleitoral, sendo mais facilmente controlados).

Assim, uma coisa importante para que se pense em um projeto de participação seria, justamente, esta idéia de se ultrapassar os espaços restritos do movimento. O movimento popular, com certeza, é uma instituição bastante importante na formação do espaço político e, conseqüentemente, para a formação de uma sociedade mais democrática. Mas não se deve esquecer, também, que o movimento tem uma base de atuação restrita, representa interesses específicos. O que significa que, pensando o movimento e sua atuação no espaço público de uma maneira exclusiva, pode-se cair nos perigos do corporativismo.

O corporativismo se apresenta de várias formas e tem por principal característica a formação de políticas de privilégios, para os grupos que conseguem se articular mais eficientemente. Esta articulação se dá desde a formação de laços de clientela (os acessos facilitados por políticos profissionais, que barganhem votos por benefícios concretos), até a articulação obscura com as redes informais de comunicação (o corpo administrativo tem bastante poder e normalmente se articula com grupos de interesse, onde também se verifica a formação de processos decisórios não transparentes).

No caso dos movimentos populares, não se constitui novidade, a articulação de lideranças com os partidos políticos, nem tampouco a facilidade que alguns líderes encontram

em percorrer os corredores da administração pública. São métodos utilizados com a melhor das intenções - a consecução de benefícios concretos para as comunidades que representam. E esta prática, com certeza, não é exclusiva das associações ditas pelegas. Mas não se pode afirmar, que seus efeitos sejam benéficos para a consolidação da democracia.

O corporativismo foi um dos maiores problemas encontrados pela primeira administração do prefeito da cidade do Recife, Jarbas Vasconcelos, no período 1986-1988. (Fontes, B., 1990). Sem qualquer referência àquele descrito mais acima, tradicionalmente existente em qualquer administração pública, mas o que se formou a partir de uma proposta de gestão participativa, formulada desde a campanha eleitoral e com apoio dos movimentos populares. Através do programa "Prefeitura nos Bairros", propunha-se a administração da cidade, baseada nas demandas das associações de moradores, e a formulação dos programas de governo, com base nas reuniões periódicas entre a municipalidade e as plenárias das RPAs (Regiões Político-Administrativas), organismos de base territorial, compostos por representantes dos movimentos populares.

Estas plenárias foram, muito mais, espaços de reivindicações pontuais, do que exatamente de formação de políticas. Sem levar em consideração que este tipo de prática resulta na exclusão de vários setores da sociedade civil, a proposta de se estabelecer linhas de ação prioritárias, a partir da consulta aos segmentos organizados dos bairros, foi obstacularizada na maioria dos casos, pela visão estreita do próprio movimento, ao estabelecer trincheiras em torno de suas reivindicações, identificado, em outro trabalho do autor, como corporativismo territorial (Fontes, B., 1990). Com efeito, esta foi a maior dificuldade que o governo de Jarbas Vasconcelos teve. A plenária das RPAs teve por característica uma prática de reivindicações pontuais e localizadas, e os Conselhos, instância superior onde se discutiriam as diretrizes gerais para uma políti-

ca urbana, nunca funcionaram eficientemente. Existia a dificuldade de se pensar a cidade como um todo.

Com certeza, as áreas onde existiam movimentos mais articulados e mais eficientes, no encaminhamento de suas demandas (entenda-se eficiência, inclusive na utilização das práticas corporativas tradicionais) conseguiram maiores benefícios para a sua comunidade. Também se pode dizer, que houve uma prática participativa, embora não haja certeza em afirmar que esta prática representou um progresso, na consolidação de uma democracia participativa. Evidentemente que, considerando o fato de que esta experiência rompe com um longo período de administração centralizada, fundada em práticas autoritárias de planejamento e em uma visão totalizante e voluntarista de intervenção social, sem dúvida, pode significar o início de um longo processo de formação de políticas participativas.

Acredita-se, portanto, que a passagem do território ao espaço urbano (quer dizer, de pensar o seu bairro e seus problemas a pensar a cidade) se torna um desafio bastante pertinente para os movimentos. E que este processo, com certeza, deverá ultrapassar as barreiras da política reivindicativa localizada. As Federações de Associações de Moradores se constituem, certamente, um primeiro passo. Mas, também, se deve pensar na articulação dos movimentos e de suas federações, com outras instituições políticas representativas da sociedade civil (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais não localizados territorialmente - negros, mulheres, meio ambiente, etc.).

Uma outra coisa importante, é saber o que concretamente o município pode oferecer. Ele não dispõe dos recursos necessários para a administração de seu território, sendo com certeza insuficientes para o atendimento global das demandas da cidade, fato este agravado com a recessão por que passa o país.

Esta falta de recursos gera, como gerou na primeira gestão do Prefeito Jarbas Vasconcelos, frustrações. Nas reuniões das RPAs eram estabelecidas prioridades, a partir das reivindicações das associações de moradores presentes; estas prioridades eram encaminhadas às Secretarias de Governo, sem que houvesse, entretanto, resposta autorizando a execução das obras. Não havia recursos para o atendimento de todas as reivindicações. As prioridades, neste caso, eram definidas com base em recursos escassos na cúpula da administração (às vezes com considerável influência das lideranças populares, mas em processos de pressão, que escapavam ao controle das plenárias das RPAs), o que resultava em descrédito do programa "Prefeitura nos Bairros". Também as lideranças populares se sentiam desconfortáveis, em ter que explicar aos moradores de seu bairro os motivos do não atendimento de suas reivindicações.

As comunidades que participam de um processo de gestão descentralizada, de certa forma, assumem a co-responsabilidade deste processo, e a relação do movimento com a municipalidade se torna uma relação de parceria, em oposição à antiga relação de adversários. Isto significa, que estas lideranças sentem uma certa indefinição de papéis, a partir do momento em que chegam a sua comunidade, para explicar os procedimentos administrativos tomados pela municipalidade. Sentem que a sua identidade, enquanto líderes populares e, portanto, defensores dos interesses de sua comunidade, está ameaçada. O que faz com que muitos líderes populares, quando em reunião com os moradores, assumam papéis de intransigentes opositores ao governo, ao passo que procuram negociar com políticos e técnicos, da administração municipal, recursos e obras para seu bairro.

Isto nos coloca o problema acima discutido, do corporativismo territorial. Porque, ainda não conseguindo pensar a cidade como um todo, a maioria dos líderes comunitários não consegue discutir a melhor forma de distribuir recursos escas-

so; o pensamento é o de disputar estes recursos escassos para as suas comunidades, sem pensar em uma hierarquia de necessidades, a ser atendida pela prefeitura, para toda a cidade.

Esta barganha por recursos, também resulta em negociações obscuras e pouco transparentes (quer dizer, não abrangendo procedimentos universais de publicidade), o que nos faz voltar àquela questão do controle. É importante lembrar que o controle da gestão tem por pré-requisito o conhecimento, a informação. Torna-se importante que estas informações circulem o máximo possível, o que possibilita uma maior clareza na eleição de prioridades.

Uma proposta séria de participação popular na gestão urbana deve, portanto, ser respaldada por um mecanismo que possibilite, ao máximo, a publicidade dos negócios públicos; quer dizer, que possibilite à comunidade o mais amplo acesso a informações que lhe permitam saber como sua cidade está sendo administrada. Esta questão da informação está muito ligada à articulação do movimento com as assessorias: as Organizações Não Governamentais. Torna-se importante a cooperação entre o movimento popular, os setores técnicos da municipalidade, as ONGs, e as Universidades. Há mistura dos saberes, daquele que está presente sentindo na pele o problema, com aquele que elabora os planos e com aquele que procura refletir sistematizadamente a realidade; todos estes saberes são importantes e não devem se fragmentar. Quer dizer, o fluxo de informações deve ser em mão dupla: da comunidade para a Prefeitura e da Prefeitura para a comunidade. As ONGs e outras assessorias do movimento popular podem, com certeza, traduzir os desejos da população em projetos, bem como os planos e documentos oficiais, em uma linguagem acessível.

O controle dos processos administrativos da municipalidade, pelos setores organizados da sociedade civil, é um importante passo a ser dado em direção a uma gestão urbana mais democrática e participativa. Não se constitui, entretanto, em

uma panacéia. Como vimos, experiências de gestão participativa encontram obstáculos, a seu pleno funcionamento, também no próprio seio dos movimentos, dado o "seu caráter descontínuo e fragmentário das identidades assumidas. ... estes movimentos são usualmente reconhecidos como simplesmente locais e paroquiais em suas perspectivas, descontínuos e efêmeros na sua existência, voltados para experiências comunitárias de democracia direta, e organizados ao redor de reivindicação específica, que buscam do Estado a atenção a demandas concretas por certos direitos básicos - cuja satisfação, paradoxalmente, levaria em geral à desmobilização ou extinção destes movimentos" (Krischke, P., 1987).

A ação essencialmente reivindicativa do movimento, não produz efeitos significativos no processo geral de mudança social. Os movimentos urbanos agem em função de reivindicações pontuais e territorialmente localizadas, e os períodos de pique das mobilizações acontecem, quando a comunidade sofre com um quadro geral de carências, considerado insuportável. Os movimentos de bairro não se articulam na busca de projetos para o conjunto da cidade, e suas ações, localizadas territorialmente, têm pouco efeito sobre o processo geral de urbanização.

Quando as associações conseguem estabelecer canais de comunicação com a municipalidade, há uma tendência à 'profissionalização' de seus líderes. Um líder do movimento de bairro só consegue ter êxito - e, portanto, garantir o seu espaço político - quando tem acesso aos canais competentes, para o atendimento dessas demandas; e para isso, tem que dispor de uma certa experiência técnica para saber como encaminhar suas reivindicações e a quem se dirigir. Deste modo, pode-se afirmar que o líder comunitário vem se constituindo um ator político importante e significativo, diante do cenário político local. A sua capacitação técnico-política lhe proporciona gratificações pessoais (empregos, *status*, carreira político-partidária, etc.) e lhe garante a legitimidade necessária junto à comunidade que representa.

Uma profissionalização de certa forma inevitável, que pode distanciar a liderança de sua comunidade, ocasionando dificuldades de comunicação entre a base e a cúpula do movimento. As ações do movimento, às vezes, podem se aproximar perigosamente de estratégias de ação de partidos aos quais os líderes se ligam cada vez mais (acordos eleitorais, negociações para o atendimento de reivindicações), colocando em questão o mito da igualdade comunitária, a base ideológica fundamental para o estabelecimento da identidade do movimento de bairro² (Durham, E., 1984).

Como vemos, a prática participativa na administração municipal não se constitui em panacéia, nem também em um processo acabado. Antes, porém, é uma experiência em curso que procura substituir - complementando-as - as formas tradicionais de gestão, cujo fracasso se tornou evidente. As particularidades da estrutura de administração pública brasileira, ao lado da cultura política tradicionalmente existente na nossa sociedade civil, não nos permitem a importação de fórmulas mágicas, experimentadas com sucesso em outros locais. Somente a consideração, das características próprias da nossa realidade social nos vai permitir a construção de um modelo adequado às nossas cidades.

²Segundo Durham, "É importante investigar esse processo de criação interna de uma igualdade (mítica?) que se consubstancia na categoria comunidade, termo esse que permeia todo o discurso produzido pelos movimentos sociais. Podemos dizer que a construção dessa igualdade se dá através de uma negatividade específica. Vimos que os movimentos se articulam pela formulação de uma carência coletiva. Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida que sofrem a mesma carência. A igualdade da carência recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais). No movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência da comunidade. Os movimentos sociais se constituem, portanto, como lugar privilegiado onde a noção abstrata da igualdade pode ser referida a uma experiência concreta de vida. A igualdade constitui-se, desta forma, como representação plena concretizada na comunidade... nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição de pessoas na esfera pública, através do jogo do mútuo reconhecimento que ocorre internamente na prática comunitária. No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade, aprendem a falar, isto é, a formular questões novas sobre sua experiência de vida".

- 01 - Ver FONTES, Breno Augusto Souto Maior - Le discours des plans d'Urbanisme à Recife (Brésil): Entre la technocratie et la participation populaire. Les Annales de la Recherche Urbaine, n. 51, juillet, 1991, pp. 56-62: ----- Planejamento Urbano e Poder Local: a participação popular na região urbana in: Reunião de Antropólogos do Norte edo Nordeste. Anais. Recife, UFPE: Brasília, CNPQ, 1991, pp. 639-649; ----- Movimentos Sociais e cidadania (projeto de pesquisa). Recife, 1991
- 02 - ROCHER, Guy; Introduction à la sociologie générale. Paris, Ed. HMH, 1968 (coll. Points, 15), p. 149
- 03 - REIS, Fábio Vanderley; Política e racionalidade: problemas e métodos de uma sociologia crítica da política. Belo Horizonte, UFME/PROED/RBEP, 1984, p. 120
- 04 - TOENNIES, F. Gemeinschaft und Gesellschaft, citado em PARSONS, T. La estructura de la acción social, Madrid, Ed. Guadarrama, p. 839
- 05 - ver a este respeito GARRETON, Manuel Antonio. Atores sociopolíticos u democratización. Revista Mexicana de Sociología, ano XLVII, n. 04, outubro-dezembro 1985, México, UNAM, pp. 5-16
- 06 - BIARREZ, Les incertitudes du puvoir local. L'amorce d'une démarche marxiste structuraliste. in: L'objet local. Colloque dirigé par Lucien Sfez. Paris, UGE, 1997
- 07 - MABILEAU, A. (et allii) Les citoyens et la politique locale. Paris, Ed. Pedone, 1985, p. 16
- 08 - FONTES, Breno Augusto Souto Maior. La Planification Urbaine et le Povoír Local. Etude de la participation populaire dans la gestion urbaine à Recife (Brésil). Paris, Université de Paris III (Tese de Doutorado), 1990
- 09 - FONTES, B. A. S. M., op. cit.
- 10 - KRISCHKE, Paulo. Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base. in: KRISCHKE, Paulo; SCHERER-WARREN, Ilse. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 276-297 (p. 287)
- 11 - DURHAM, Eunice Ribeiro. A construção da cidadania. Novos estudos CE-BRAP, n. 10, pp. 24-30, out 1984 (pp. 27-28)